

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Movimento de Combate à Corrupção lança campanha para reforma política

10/04/2011

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), entidades responsável pelo projeto da Lei da Ficha Limpa, quer mobilizar agora a iniciativa popular para o debate sobre a reforma política no país. Nesse interim, quando os parlamentares não acordam um texto único com as mudanças necessárias na legislação política e eleitoral, o MCCE abriu um espaço na internet com a intenção de popularizar a discussão do tema e consolidar um projeto para tramitar no Congresso Nacional ainda este ano.

No site www.reformapolitica.org.br, os eleitores podem enviar sugestões no link “sua opinião” ou pelo e-mail iniciativapopular@reformapolitica.org.br. A redação será fechada no fim do mês e, em maio, as organizações sociais já começam a recolher as assinaturas. A expectativa é de conseguir uma mobilização social maior que a da Ficha Limpa, que teve o apoio de 1,6 milhão de brasileiros.

Ainda na página virtual, o internauta tem acesso à proposta de iniciativa popular para a reforma política. No link, está o texto com alguns pontos já discutidos e defendidos pelo movimento. Eles foram divididos em quatro tópicos: fortalecimento da democracia direta; democratização e fortalecimento dos partidos políticos; mudanças do sistema eleitoral; e controle social do processo eleitoral. Entre os pontos mais polêmicos, está a adoção da lista fechada, na qual o eleitor vota no partido e não no candidato.

O presidente do MCCE, juiz Marlon Reis, explica que a proposta determina a aplicação de uma lista pré-ordenada. Ela seria composta metade por mulheres e a outra metade por homens. Além disso, quem iria decidir os representantes dos partidos seriam os filiados por meio de votação direta e secreta, fiscalizada pela Justiça Eleitoral. “Isso fortaleceria as legendas, as ideias partidárias. Além disso, evitaria o caciquismo político”, acrescenta.

Marlon Reis destaca ainda que o MCCE é contra o voto distrital, “qualquer formato dele”, que, segundo ele, acaba com os partidos e fomenta o clientelismo. “Precisamos no Brasil de ideias coletivas, da inclusão social, a inclusão dos índios e das mulheres no meio político. A função do

parlamento é representar toda a sociedade”, defende.

Encontrar apoio contra o voto distrital, entretanto, parece ser uma batalha difícil. Uma pesquisa divulgada na semana passada pelo DataSenado revelou que 83% dos eleitores das capitais brasileiras querem votar diretamente no candidato a deputado ou vereador e defendem que seja eleito o mais votado, em uma parte do estado ou município — sistema conhecido como distrital puro. “Vamos debater e mostrar os pontos positivos das nossas propostas”, pondera o presidente do MCCE.

Vetos

Dentro do projeto da reforma política, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral vai propor também aumentar a participação da sociedade nas decisões políticas. A ideia é simplificar o processo de iniciativa popular, modernizando a coleta de assinaturas. Além de formulários impressos, elas poderiam ser recolhidas em urnas eletrônicas e pela internet. Atualmente, para que um cidadão comum apresente sua sugestão de lei diretamente ao Congresso, o texto deve estar amparado pela assinatura de 1% do eleitorado brasileiro, o que corresponde a cerca de 1,3 milhão de pessoas, originárias de pelo menos cinco estados. Os documentos precisam ser apresentados ao Legislativo em papel, com o número do título de eleitor e do endereço do apoiador da proposta.

Outra ideia para ampliar a participação na política prevê a convocação obrigatória de plebiscito e referendos para alguns temas nacionais, como, por exemplo, aumento do salário e benefício dos parlamentares, ministros de Estado, presidente da República e dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Pela proposta, seria criado ainda um novo instrumento de democracia direta: o veto popular. Ele seria usado quando a população discordasse de uma lei aprovada pelo Parlamento. Ele iria seguir o mesmo rito da coleta de assinaturas da iniciativa popular. “Atingido o número de assinaturas, a lei que for objeto de veto popular deverá, automaticamente, ser submetida a referendo popular”, explica o texto da plataforma dos movimentos sociais para a reforma política.

Como participar

Quem quiser enviar sugestões de assuntos e temas para o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral tem duas opções na internet:

1) Entrar na página www.reformapolitica.org.br e clicar no link “sua opinião”.

É necessário preencher um formulário com nome, endereço eletrônico e o texto da mensagem;

2) Mandar um e-mail para iniciativapopular@reformapolitica.org.br. A redação das propostas será fechada ainda este mês.